

Mestrados profissionais: reflexões sobre um modelo paradoxal¹

FLÁVIA GALINDO

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

flaviagalindo@uol.com.br

1. Em agradecimento, destaco que esse texto não teria sido possível sem as generosas críticas e contribuições de: Profa. Anelise Dias (PPGAO-UFRRJ), Profa. Lúcia Anjos (Pró Reitora Adjunta de Pós Graduação – UFRRJ), Prof. Paulo Reis (GPDES IPPUR-UFRRJ), Prof. Thiago Renault (PPGE-UFRRJ).

Doutora em Ciências Sociais, é Coordenadora do Programa Profissional em Gestão e Estratégia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, e professora adjunta no DCA/ICSA/UFRRJ. É líder do grupo de pesquisa em consumo e sociologia do marketing (CNPq), pesquisadora permanente do Grupo Estudos do Consumo (CNPq), que realiza o ENEC - Encontro Nacional dos Estudos do Consumo. Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/6473625072239932>

Sobre a modernização reflexiva, dizia-se que as ações que visavam o desenvolvimento, resultariam em problemas de grande proporção para o ser humano e para o ecossistema (Beck, 1997). Tal perspectiva de compreensão da sociedade capitalista propõe que êxito e malogro andam de mãos dadas, e esse paradoxo parece permear, também, a história da modalidade de Mestrados Profissionais (MP) no Brasil.

Os Mestrados Profissionais são objeto de debates na área de Administração desde a década de 1990, podendo-se situar o início a partir do ano de 1992 (Machado da Silva, 1997). Afirma-se que não houve placidez na introdução brasileira dessa modalidade, que ainda enfrenta a rejeição ao ser categorizada como um “curso inferior” (Paixão, 2014), em uma escala de hierarquia com a modalidade acadêmica, que gera assimetrias entre *scholars* e *practitioners* (Spink, 1997). Contudo, parece razoável argumentar que a controvérsia não se circunscreve à criação dos MPs no Brasil, e talvez deva ser deslocada para a questão maior sobre as fragilidades da pós-graduação *stricto sensu* brasileira, como tão bem discorre o professor Pedro Lincoln no texto que abre este dossiê. Concordamos com o autor que os propósitos do ensino superior parecem estar diluídos e, talvez por isso, o pesquisador seja diligente na tentativa de compreender uma modalidade que se assemelha à Hidra de Lerna, animal mitológico a quem cortava-se uma cabeça, nasciam duas. É um esforço hercúleo debater uma modalidade que fala de sucesso e fracasso, que resolve um problema para enfrentar novos problemas que emergem amiúde. Assim, opto por fazer reflexões a partir do texto de Pedro Lincoln, sem a pretensão de elaborar uma réplica a cada argumento proposto, empenhando-me em amalgamar suas provocações a tantos outros incômodos que facejamos cotidianamente. Decido incorrer no risco de explorar uma modalidade controversa, mas que ganha cada vez mais legitimidade social (os números de mestrados na modalidade crescem ano a ano), enquanto ainda logra na tentativa de se legitimar no próprio campo científico da qual faz parte.

Para dar um passo adiante, faz-se necessário lembrar que muitas críticas à modalidade já foram superadas, mesmo que certas tensões ainda permaneçam (Menandro, 2010). Pedro Lincoln retoma algumas destas questões, tais como a interação graduação/pós-graduação (Menandro, 2010), as diferenças e aproximações entre especialização/*lato sensu* e mestrado/*stricto sensu* (Machado da Silva, 1997, & Vasconcelos & Vasconcelos, 2010), o sistema da pós graduação brasileira (Machado da Silva, 1997), “*publish*” ou “*perish*”, e as diferenças e aproximações entre o modelo acadêmico e o modelo profissional (Vasconcelos & Vasconcelos, 2010) ou, ainda, o perfil dos docentes da pós-graduação no Brasil (Paixão, 2014).

Presume-se que a “profissionalfobia” não seja um fenômeno isolado e descolado do caldo cultural a que estamos imersos. A ciência, o jornalismo e a arte também sofrem injúrias veladas ou declaradas há algum tempo. Sobretudo, é o conhecimento humano que está sob ataque, e sendo alvo de uma suposta ideologia que acusa a ciência de não entregar o que promete (vide o movimento anti-vacinação), ferindo sua credibilidade, e enclausurando-a no problemático relativismo intelectual (Shinn & Ragouet, 2008). Talvez a sacralização da ciência tenha sido útil do ponto de vista político (Stengers, 2002), mas manter tal enquadramento pode fortalecê-la e corroê-la, simultaneamente. Para se constituir, a ciência precisou se tornar impermeável às possíveis intromissões de atores políticos e econômicos, e o pesquisador precisou assumir os papéis de gestor, de professor, de cientista, e de guardião de suas fronteiras políticas às invasões bárbaras da anticiência. Mas ciência é processo, e o conhecimento é um itinerário de elaboração coletiva, onde a realidade é socialmente construída e, portanto, são nossos processos sociais, e não somente o indivíduo, que nos ajudam a compreender modelos sociais e culturais.

Outro ponto a considerar é o sofisma de uma ciência que pendula entre a ciência fundamental e pura de um lado (e merecedora dos investimentos públicos), e a ciência aplicada de outro (a quem cabe lutar pelos investimentos privados). Nenhum destes quadrantes dão conta das dimensões horizontais e verticais da estrutura científica tal qual está elaborada nos dias de hoje. Além de um debate estéril sobre o [falso] dilema ciência básica *vis a vis* ciência aplicada, a questão nodal fica obliterada quando não se descamam tensões sobre o financiamento da produção científica, aplicada ou não.

Ir ao campo e observar a realidade de quem financia a ciência e a inovação ajuda. Não há registro de modelos bem sucedidos cuja produção científica seja integralmente custeada pela iniciativa privada. E existem modelos amadurecidos, de autonomia e regulação, que podem servir de base para a discussão, evitando o casticismo de se afirmar que somente a pesquisa básica mereça o investimento público, e a pesquisa aplicada mereça o investimento privado. No MIT - *Massachusetts Institute of Technology*, os pesquisadores trabalham em direta colaboração com a indústria para “resolver problemas do mundo real”, envolvendo professores e alunos que também recebem patrocínio de líderes globais. Como resultado, a instituição escalonou patentes e licenciamentos que geraram uma receita acima de US\$ 40 milhões para a instituição. Em junho/2020, houve o lançamento de um foguete proveniente do Projeto Artemis, projeto coordenado pela NASA em parceria com a SpaceX. No Brasil, destaca-se a parceria entre a COPPE/UFRJ (Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia) e a Petrobras, que data de 1977, quando o primeiro convênio foi assinado, com resultados que as transformaram em referência nacional até os dias atuais.

Tais exemplos sugerem que é produtor atualizar os princípios que norteiam as atividades científicas. Ciência e técnica ou, se preferirem, ciência e política são pares que caminham juntos pois não há ciência desinteressada. Os produtos tecnoindustriais e os sistemas sociotécnicos estão fortemente imbricados no apetite da mentalidade coletiva. Sem entrar no mérito de cada iniciativa, que em seu conjunto não foram suficientes, a Lei 11.196/05, Lei do Bem, foi criada para oferecer benefício fiscal para as empresas que se aliam às universidades no desenvolvimento de pesquisas. O país experimentou a bem sucedida criação dos Fundos Setoriais (Pacheco, 2007) que beneficiou muitas universidades no passado recente, e a Lei 13.243, conhecida como o marco da inovação, tenta associar setor privado e público no campo da ciência, tecnologia e da inovação. Assim, parece que a única divergência emerge do argumento de que a inovação

“surge sempre de pequenos grupos de pesquisadores, às vezes independente de limites institucionais, que trocam ideias. Vem da linha de frente do interesse próprio da área, não de iniciativas institucionais”
(p.16 deste dossiê).

Respeitosamente, suspeito que tal argumento reproduza a lógica dos programas acadêmicos, enfraquecendo a necessidade de parcerias institucionais e investimentos públicos, restando disputar *ad aeternum* a legitimidade dentro de um modelo que já não serve à sociedade.

As lacunas estão visíveis quando as demandas técnicas não encontram o caminho da universidade, e a oferta de pesquisas na universidade não obtém acolhimento social. Para dirimir esses *gaps*, não basta o interesse do pesquisador. Faltam mecanismos de mediação e direcionamento de recursos apropriados para o desenvolvimento da pesquisa inovadora, que poderia diminuir o hiato entre a pesquisa e o setor produtivo. Assim, ousar argumentar que, na ciência social aplicada, onde a Administração se insere, é implausível a distinção entre mercado, sociedade civil e Estado, ambientes de expressão dos atores sociais em sua completude e vida concreta, sem muitas condições para o *ceteris paribus*.

Sim, “*Capes, we’ve had a problem*”. É preciso apostar na imaginação criativa e elaborar um novo caminho que traga pacificação para a ciência e, especificamente, para a modalidade profissional. Acabar com a distinção acadêmico/profissional, como propõe Pedro Lincoln, pode ser algo a se considerar. São múltiplas as representações do MP no Brasil, cuja forma e conteúdo variam a partir dos grupos sociais que as elaboram, em contextos de estruturas normativas e burocráticas, orçamentos, aptidões, entre outros recortes. Já dizia Becker (2009) que as representações da realidade são parciais de um contexto institucional. O reconhecimento desta condição plural que parece apontar para uma fragmentação intelectual, talvez possa ser revisado em um todo fortalecido a partir da constatação empírica de que, apesar de tantas críticas e insatisfações, a modalidade profissional sobrevive graças à revalorização da prática enquanto ação transformadora. O nariz torcido para a modalidade profissional a empurra para a realidade que está fora dos muros das universidades, sedenta por inclusão e compreensão.

E as incertezas, longe de serem uma espécie de camisa de força, têm se tornado força-motriz para a criação, inovação e renovação da modalidade. Sobretudo, dois pontos devem ser examinados a partir destas premissas: i) a produção intelectual dos MPs, e ii) os limites de agência dos programas profissionais.

A produção intelectual dos MPs se alicerça na aplicabilidade e desejável replicabilidade. Seu valor reside na capacidade de gerar impacto social, e impelir duas realidades: da trajetória profissional de alunos e egressos, e dos produtos tecnológicos pensados sob o rigor metodológico que a ciência exige. Trata-se de um processo ensino aprendizagem com duas vias que se entrecruzam: a dos alunos, que aprendem com o percurso da pesquisa, e a dos docentes e instituições, que se beneficiam da aproximação com o laboratório vivo das organizações e das estruturas organizacionais. O “saber como” e o “saber por quê” sugeridos por Spink (1997), são tão ou mais relevantes do que o produto final.

Todavia, há enorme dificuldade de exteriorizar essa riqueza de produção de conhecimento em métricas e indicadores observáveis. As dificuldades existem desde a seleção de alunos e dos projetos de pesquisa, quando os programas profissionais lutam para absorverem demandas que chegam via processo seletivo, abundantes no mercado e, por vezes, ainda incipientes na literatura. Mesmo nos casos em que não se adota a pesquisa-ação como metodologia, é factível aludir que as dissertações de cunho aplicado já são, em alguma medida, uma intervenção científico tecnológica, de natureza prática, mesmo que os resultados não sejam visíveis nos 24 meses de curso. E poucos percebem que os MPs também são porta de entrada para temas que oxigenam a Administração com [algumas nem tanto] novas terminologias, tais como “4.0”, “5.0”, “bioeconomia”, “TCR”, “automação”, “sistemas inteligentes”, “sistemas artificiais”, entre outras.

MPs são ubíquos, ao mesmo tempo sociais (pelo impacto de suas ações), e utilitaristas (por proverem competências gerenciais e técnicas). Cabe indagar por quê os programas acadêmicos não abraçam essa mesma condição. Nesse sentido, consideramos extremamente fecundo o esforço de Pedro Lincoln de direcionar seu olhar para a Medicina, e situar a análise para além das fronteiras da Administração. Não se trata de emulação, o que parece subjacente ao seu esforço é a tentativa de compreender como se dá a integração da universidade com a sociedade e, mais especificamente, com o mercado de trabalho em outras searas. Ainda há muita tentativa e erro na observação dos impactos da modalidade. Mas a nucleação dos MPs é real, e muitos egressos da modalidade profissional atuam em vários setores, inclusive em Programas de Pós-graduação (PPGs) de toda sorte. Destarte, existem pesquisadores que iniciaram na iniciativa privada e que migraram para programas acadêmicos. Penoso constatar que a via que leva doutores de programas acadêmicos em Administração para as organizações privadas ainda não tenha sido pavimentada no país.

Não é simples categorizar e avaliar a qualidade de um MP. O verbo mais adequado para os que atuam na modalidade é “perseguir” – persegue-se o reconhecimento de uma possível excelência, perseguem-se resultados medidos por um enorme número de métricas, perseguem-se recursos de forma exaustiva em todos os âmbitos da pós graduação superior. Discutir a questão da agência, tão bem lembrada por Pedro Lincoln, é discutir os limites de ação de cada ator social. Não é possível supor que o sucesso deste ou daquele empreendimento advenha de sorte de um ator social de um lado, ou do controle total das circunstâncias históricas por outro lado (Giddens, 2009). A forma como responsabilidades são divididas na educação superior deveria importar, não sendo factível uma atuação no varejo, posto que a realidade impõe facilidades e coações, de forma alternada. É preciso encarar os limites da ação dos MPs, sendo problemático apostar no caráter individualista, e reforçando a necessidade de construção coletiva e, porque não dizer, nacional, para a devida eficiência e governança. Há que se pensar menos em padronizações e mais em responsabilidades compartilhadas entre os atores sociais (universidades, organizações, órgãos de regulação, sociedade civil).

Novamente o campo ajuda a reflexão, como a bem sucedida experiência de desenvolvimento do remédio para enjoo, pelo professor Humberto Gomes Ferraz. Mesmo ele, que já superou barreiras com a maior patente da USP, e que já arrecadou mais de R\$ 1,44 milhão em royalties,

sugere que algo não vai bem. Alega que pesquisadores são resistentes ao financiamento externo, empresas relutam em financiar projetos científicos, a burocracia da administração pública brasileira desestimula iniciativas mais elementares como a compra de equipamentos e insumos, e a insistência de se privilegiar a publicação de artigos em periódicos científicos em detrimento de resultados práticos dificulta o trabalho de pesquisadores (Pinho, 2019).

É preciso vencer a lenta agonia do ideal iluminista de domínio e totalização do conhecimento que, nos dias de hoje, se revela móvel, circulante e rizomático (Levy, 1999). Sua natureza atual requer instituições abertas, que produzam e transacionem conhecimento, recusando a neofobia e a tecnofobia, e estimulando o saber-fluxo para que os programas profissionais e acadêmicos sejam, de fato, espaços contextualizados para o conhecimento emergente.

Nessa tormenta, o barco dos MPs não pode continuar à deriva do diletantismo e da cobrança exaustiva sem contrapesos. Precisa navegar com instrumentos de maior precisão, onde a cooperação é possibilidade recursiva para trabalhar as atividades complexas em territórios que vinculem os atores sociais. Com a crise de 2020 que já chegou, torna-se imperativo compartilhar recursos, dividir os fardos, partilhar aprendizagens. Ciência se faz coletivamente, o ecossistema científico precisa de mecanismos de incentivo que fortaleçam a mediação entre tantos atores sociais, aproximem as universidades e setor produtivo, e aceitem que a implantação, acompanhamento e escalonamento destes projetos tenham um horizonte de tempo para além da avaliação quadrienal. Talvez seja necessário um novo Parecer Sucupira – Brasil 2050, por que não? Sejam Fênix pois, como disse Galeano, a utopia está no horizonte para que não deixemos de caminhar.

REFERÊNCIAS

- Beck, U. (1997). A reinvenção da política: rumo a teoria da modernização reflexiva. In: Beck, U., Giddens, A., & Lash, S. (Orgs). *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora da Unesp.
- Becker, H. S. (2009). *Falando da sociedade: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras.
- BRASIL. *Lei Nº 11.196*, de 21 de novembro de 2005. Dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica. Diário oficial da União, Brasília, DF, 22 de novembro, 2005.
- BRASIL. *Lei Nº 13.243*, de 11 de janeiro de 2016. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei no 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei no 6.815, de 19 de agosto de 1980, a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei no 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei no 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei no 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei no 8.010, de 29 de março de 1990, a Lei no 8.032, de 12 de abril de 1990, e a Lei no 12.772, de 28 de dezembro de 2012, nos termos da Emenda Constitucional no 85, de 26 de fevereiro de 2015. Diário Oficial da União, Brasília, 2016.
- Giddens, A. (2009). *A constituição da sociedade*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 3a.ed.
- Lévy, P. (1999). *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34. 264p. (Coleção TRANS) – 7ª. edição
- Machado-da-Silva, C. L. (1997). Editorial. *Revista de Administração Contemporânea*, 1(1), 1. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S1415-65551997000100001>
- Menandro, P. R. M. (2010). Réplica 2- Mestrado Profissional, você sabe com quem está falando? *Revista de Administração Contemporânea*, 14(2), 367-371.
- Pacheco, C. A. (2007). Estratégia para fundos setoriais. *Revista Brasileira de Inovação*, 6(1), 191-223.
- Paixão, R. B., & Hastenreiter Filho, H. N. (2014). Autoavaliação de impactos: o que nos dizem os egressos de um mestrado profissional em Administração? *Administração: Ensino e Pesquisa*, 15(4), 831-859.
- Pinho, A. (2019). “Professor que detém maior patente da USP desconfia de plano do MEC para universidades”. *Jornal Folha de São Paulo*. Agosto, 03, 2019. Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/08/professor-que-detem-maior-patente-da-usp-desconfia-de-plano-do-mec-para-universidades.shtml>
- Shinn, T., & Ragouet, P. (2008). *Controvérsias sobre a ciência: por uma sociologia transversalista da atividade científica*. São Paulo: Editora 34.
- Spink, P. (1997). A formação acadêmica e a ciência: ampliando o debate sobre o mestrado profissional. *Revista de Administração Contemporânea*, 1(3), 163-169.
- Stengers, I. (2002). *A invenção das ciências modernas*. São Paulo, 34.
- Vasconcelos, F. C. D., & Vasconcelos, I. F. G. D. (2010). Réplica 1-as dimensões e desafios do mestrado profissional. *Revista de Administração Contemporânea*, 14(2), 360-366.